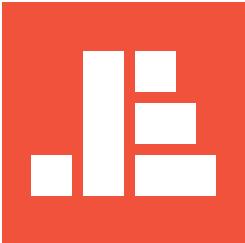


Agricultores preocupados com cortes de fundos

Luís Mira e Nuno Serra alertam para risco de quebra na produção, preços mais altos e desigualdade entre países. ■ P.2



12.12.2025

Diretor
André Macedo
Subdiretores
Lígia Simões
e Ricardo
Santos Ferreira

Special Report

Agricultura do futuro

Caderno publicado como suplemento do Jornal Económico nº 2330. Não pode ser vendido separadamente.

“Juntar política de Coesão com a PAC é um desastre”

O ministro da Agricultura e do Mar faz um balanço positivo do que tem sido feito para criar confiança e simplificar processos no setor. Defende programas estruturantes, para a água e a floresta, mas também identifica riscos. Principalmente externos, de Bruxelas, que ameaça regredir na política agrícola comum. “A segurança alimentar é um bem público europeu”, avisa. ■ P.4-6



Portugal perdeu 10% das explorações, tem uma agricultura mais produtiva, mas precisa de rejuvenescer ■ P.2

Sensores, drones, robôs, análises preditivas. A agricultura é tecnológica, biotecnológica e digital ■ P.8

A nova agricultura: mais tecnologia, menos terra

Retrato do setor ■ Portugal perdeu 10% das explorações agrícolas e apesar dos avanços tecnológicos e maior especialização, a atividade precisa de rejuvenescer.

Teresa Cotrim

tcotrim@medianove.com

A agricultura portuguesa está a mudar: há menos explorações, unidades maiores e mais especializadas, mas também uma crescente dependência externa e desafios estruturais que ameaçam a sua resiliência. Dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) mostram um setor em profunda transformação.

Entre 2019 e 2023, o número de explorações agrícolas caiu quase 10%, segundo o INE, para 240 mil. As pequenas unidades até cinco hectares sofreram a maior perda, diminuindo 12,4%. A superfície total das explorações recuou 2,7%, enquanto a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) caiu 2,6%, para 3,861 milhões de hectares, representando 42% da superfície territorial nacional.

As terras aráveis foram as mais penalizadas, com um colapso de 18,9%, e as hortas familiares diminuíram 11,6%. Em contraciclo, as culturas permanentes – olival, vinha, frutos e frutos secos – cresceram 4,4%. Já as temporárias sofreram uma das reduções mais expressivas: menos 11,7% em quatro anos. Produtos como batata (-23,5%) e prados temporários (-51%) tiveram quebras acentuadas, enquanto algumas culturas – como leguminosas secas

(+35,3%) e flores e plantas ornamentais (+40,3%) – registaram crescimento.

O setor agrícola enfrenta também uma evolução demográfica preocupante. Dados do INE revelam que o número de produtores caiu 11,9%, e o envelhecimento tornou-se estrutural: 56% têm mais de 65 anos e apenas 7,8% têm entre 15 e 45 anos, colocando Portugal como um dos países que apresenta uma das menores proporções de jovens agricultores (1,9% com menos de 35 anos). A população agrícola é composta por 67% de homens e 33% de mulheres. A mão de obra familiar diminuiu 7,3%, enquanto a contratada aumentou 15,5%, refletindo uma crescente dependência de trabalho externo. Quanto à escolaridade, 69,3% possuem ensino básico e 10,8% ensino superior.

Para ajudar neste tema, o Crédito Agrícola há doze anos que promove o Prémio Empreendedorismo e Inovação - "Ganhar o Futuro", onde reconhece e apoia projetos nacionais de excelência com inovação e impacto positivo nos setores agrícola, agroalimentar e florestal. Também criaram o Apoio a Mulheres Empreendedoras do Mundo Rural com a iniciativa "Guardiãs da Natureza". Desenvolvem projetos de proteção e restauração de ecossistemas e promovem ainda formação em agricultura regenerativa e um Programa de Aceleração que incluiu turismo rural e o CA



Os cereais asseguram apenas 18% das necessidades nacionais

Agro Transição, capacitando produtores e técnicos de organização de agricultores sobre técnicas de produção agrícola sustentáveis, resilientes e inovadoras. O investimento em 2025 até à data ronda os 500 mil euros. Quanto à percentagem de crédito ao investimento para o setor agrícola cifrou-se nos 9%.

Que produções cresceram?

Segundo o INE, o ano agrícola de 2023/2024, muito quente e chuvoso, trouxe ganhos pontuais. A produção de batata subiu 10%, as hortícolas cresceram 3,1%, e o azeite registou a segunda maior campanha de sempre. A amêndoia atingiu produção recorde, consolidando Portugal como segundo maior produtor da União Europeia. No setor animal, a carne aumentou 4,8%, embora o leite para consumo

tenha caído 6,8%. Estas dinâmicas foram acompanhadas por um aumento expressivo do consumo de fertilizantes (+16,6%), impulsionado pela descida dos preços (-18,3%).

No plano económico, as fragilidades persistem. Em 2024, a agricultura gerou 4.054 milhões de euros de VAB, apenas 1,6% da economia, empregando 5,3% da força de trabalho. O setor continua deficitário: exportou dois mil milhões de euros, mas importou 4,4 mil milhões, resultando numa taxa de cobertura de apenas 46,2%, apesar de um grau de autoaprovisionamento de 81,7%. As pescas representam 0,2% do VAB e 0,3% do emprego, registrando um saldo externo negativo de 239 milhões de euros, com uma taxa de cobertura de 56,5%.

A Indústria Agroalimentar (IABT) exportou 8,9 mil milhões, mas tam-

bém apresentou défice comercial, com uma taxa de cobertura de 76,4%. A exceção positiva continua a ser a indústria florestal, com um excedente de 2,6 mil milhões e uma taxa de cobertura de 198%. Segundo o GPP, a balança comercial do setor agravou-se em 2025: entre janeiro e setembro, as importações cresceram 9,3% face ao aumento de 1% das exportações, elevando o défice acumulado para 4 826 milhões de euros.

No comércio externo, o setor apresenta sinais mistos. Portugal mantém autossuficiência em arroz e excedentes em vinho e azeite, mas cresce a dependência de importações de cereais, leite e derivados, e frutos. Dados do GPP de 2024 indicam vulnerabilidade produtiva nos níveis de autoaprovisionamento: os cereais asseguram apenas 18% das necessidades nacionais – com o trigo a cobrir 4% – e as leguminosas secas. No setor animal, destaque para o leite com 115%, mas o queijo cobre apenas 57%.

A pressão climática agrava o cenário. Com 75% da água consumida no país a ser utilizada na agricultura e pecuária, a seca prolongada e a irregularidade das chuvas impõem mudanças urgentes nos sistemas de produção. Multiplicam-se projetos de agricultura de precisão, irrigação eficiente, estufas inteligentes e práticas regenerativas, mas o país continua vulnerável.

Em termos do uso do solo, a agricultura representa atualmente 26% do território continental, enquanto a floresta ocupa a maior fatia, com 39%. Portugal tem grande heterogeneidade agrícola: o Alentejo destaca-se em cereais, azeite, amêndoas, vinha e apresenta maior modernização; o Ribatejo e o Oeste concentram hortícolas e fruticultura, caso da pera rocha; no Norte domina a vinha (Douro) e o leite; o Algarve produz citrinos e hortícolas para mercados locais.

Portugal tem hoje uma agricultura mais sofisticada, orientada para produtos de elevado valor e competitiva em nichos como azeite, frutos secos ou vinha, mas também mais dependente de importações, enfrenta desafios climáticos, conta com menos agricultores e menos terra arável. O futuro dependerá da capacidade de renovar gerações, gerir a água, reforçar a autossuficiência e modernizar sem comprometer o equilíbrio territorial que sustentou o mundo rural.

CA AgroTransição

O FUTURO DA AGRICULTURA COMEÇA AQUI

O Crédito Agrícola, em parceria com a CONSULAI, lança o **CA AgroTransição**: um programa formativo que impulsiona a transição sustentável do sector agrícola.

De Dezembro de 2025 a Junho de 2026, acompanhe as redes sociais e o site do CA (www.creditoagricola.pt) para aceder a conteúdos exclusivos das seis sessões dedicadas à materialização da sustentabilidade, clima e alterações climáticas, solo, água, biodiversidade e serviços de ecossistemas e eixo socioeconómico.

Capacitação, inovação e impacto para uma agricultura com futuro.



Para mais informações:

creditoagricola.pt | [f](#) [@](#) [d](#) [y](#) [in](#)

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000 | M.C.R.C de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301 | Capital Social € 331.744.155,00 (variável) | Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa

EM PARCERIA COM:

 **consulai**


Crédito Agrícola

José Manuel Fernandes ■ O ministro da Agricultura e do Mar considera que um dos principais desafios do setor é de percepção, a nível nacional, para ser visto como estratégico e atrativo para os jovens, e na União Europeia, que o devia ver como essencial, como a defesa. Por isso, critica as novas regras da PAC e avisa que corremos o risco de repetir o processo de desindustrialização que queremos agora reverter.

“Desvalorizou-se durante muitos anos este setor, que é estratégico”

Ricardo Santos Ferreira
rsferreira@medianove.com

Está há pouco mais de ano e meio a tutelar a agricultura. Que balanço faz?

Nós tivemos como grande objetivo dar previsibilidade e estabilidade e foi o que fizemos. Também fizemos uma reprogramação do PEPAC [Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal no período 2023-2027], em boa hora, para darmos mais rendimento aos agricultores. E há um outro ponto, porque quando chegámos ao Governo tínhamos 668 milhões de euros por executar no PDR [Programa de Desenvolvimento Rural] – e um dos nossos objetivos, até por causa da próxima política agrícola comum [PAC], é o de mostrarmos que executamos tudo e executamos bem. O risco que existia de se perderem recursos do PDR 2020 já não existe e até temos overbooking. No PEPAC também cumprimos a regra de mais dois, o que significa, mais uma vez, que não perderemos um centímo. Outro objetivo foi a simplificação. Por exemplo, era um absurdo que, em caso de intempérie, o agricultor fosse penalizado caso não cumprisse as normas agroambientais. Na rotação das terras simplificámos aí ao máximo.

Mas também fizemos um outro trabalho, logo em 2024, que foi preparar aquilo que é um grande desafio, que é a próxima política agrícola comum. E também o fizemos e tivemos uma preponderância nesse domínio, para que

em termos europeus fosse aprovado por unanimidade um documento onde se defende uma PAC com dois pilares, com um orçamento adequado; um pilar para o apoio ao agricultor e outro para aquilo que é o investimento. Esse foi um ponto a par de um outro, porque nós simplificamos aqui, mas também, uma grande maioria das vezes temos de ter a permissão em termos dos regulamentos europeus, e foi algo que já foi conseguido numa primeira fase, mas haverá nova legislação europeia, precisamente para a simplificação. O agricultor tem de ter tempo para trabalhar no campo e não para estar a preencher papéis, e há exigências burocráticas que são inaceitáveis e têm de ser simplificadas ao máximo.

Como se faz essa renovação geracional?

Primeiro, há uma situação, que é a valorização do papel do agricultor, do trabalho do agricultor, do pescador e do produtor florestal, em que nós voltamos a ter, no fundo, presença no território e de

proximidade. Os novos diretores regionais que são vice-presidentes das CCDR [Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional], têm feito um trabalho importantíssimo e isso é essencial. Houve uma desvalorização durante muitos anos deste setor, que é estratégico, que é estruturante, o que implicou estas mudanças. Aliado a um outro ponto, que é a questão da percepção da imagem da agricultura e do agricultor. O agricultor não é um vilão, a agricultura é a melhor amiga do ambiente. O agricultor pretende passar a sua exploração agrícola para as gerações seguintes, para os seus filhos, portanto, é o maior interessado na sustentabilidade dos solos, na sustentabilidade ambiental. Além disso, o agricultor, hoje, não é, como aparece em muitos manuais escolares, alguém que anda de enxada na mão; há modernidade, há robótica, há inteligência artificial, há uma agricultura de precisão, cada vez mais moderna, e essa imagem é essencial para nós conseguirmos atingir o objetivo da renovação geracional, para termos jovens nas universidades, nos cursos do ensino superior, mas também das escolas profissionais, quer na área agrícola, quer na área florestal. Isto, a par de apoios, como fizemos na reprogramação do PEPAC, em que uma das grandes prioridades foi o aumento do rendimento do agricultor, mas também a renovação geracional, pelo que duplicámos os apoios aos jovens, que, se estiverem em exclusividade, têm 50 mil euros para a instalação,

e, depois, num projeto até 800 mil euros, recebem 400 mil. Há aqui uma forte aposta também nessa renovação.

Mencionou a PAC. Os agricultores têm mostrado apreensão pelas verbas da PAC estarem juntas às da coesão, temendo que haja concorrência pelo investimento. O que lhes diz?

Há uma coisa que nunca faremos: nunca abandonaremos os agricultores, os pescadores, os produtores florestais. Quando dizemos que a agricultura é para nós estratégica, estruturante, temos provas dadas nesse sentido, como é o “Água Que Nos Une”, um projeto nacional onde a água é um fator de competitividade. Está aprovado e avançará em janeiro. Também o “Pacto para a Floresta”, com um pilar de valoriza-



66

Juntar a política de coesão com a PAC e permitir, por exemplo, aos Estados-membros que coloquem os montantes que bem entenderem para mitigar os cortes que são feitos na proposta da Comissão é um desastre, porque vai levar à renacionalização da política agrícola comum”



MAGRIM

ção, outro de resiliência, outro de propriedade, com uma ambição brutal que é de a legislação estar pronta em 2026.

Temos estratégia de curto, médio e longo prazo. "Água que Une", com 5.400 milhões até 2030, mais 4.000 milhões até 2040. E a estratégia para a floresta com cerca de 6.500 milhões de euros até 2050, um investimento médio de 250 milhões de euros por ano.

Mas isto, que é absolutamente crucial e que já deveria estar preparado e feito, não significa que não se esteja a atuar no que vai ser o próximo quadro financeiro plurianual.

Em que há mudanças significativas...

Aqui há um ponto, é que nós não devíamos destruir o que funciona e a política agrícola comum tem funcionado bem e preci-

sava era de manter os montantes, atualizando-os, e depois ter maior simplificação, que é algo em que se está neste momento a trabalhar. O facto de se alterar e de se juntar a política de coesão com a PAC e de se permitir, por exemplo, aos Estados-membros que coloquem os montantes que bem entenderem para mitigar e reduzir os cortes que são feitos na proposta da Comissão [Europeia] é um desastre, porque vai levar à renacionalização da política agrícola comum. Deixaremos de ter uma política agrícola comum, passaremos a ter 27 políticas agrícolas nacionais, com regras comuns, mas depois com orçamentos diferentes e com distorção do mercado; as regiões mais ricas e os Estados mais ricos vão colocar mais dinheiro e países mais pobres e regiões mais pobres, que não têm esses recursos, não

vão dar o mesmo rendimento ao agricultor, diminuindo a sua capacidade e competitividade. Haverá aqui uma concorrência completamente desleal. Era essencial que se percebesse que a agricultura é segurança alimentar e comida no prato, é também defesa, e nós não devíamos desfazer o que funciona. Repare-se o que aconteceu com a indústria europeia: andámos a desindustrializar e, agora, aqui d'el rei, temos de industrializar novamente. Vai acontecer o mesmo na política agrícola comum, se seguir este caminho.

E como se altera esse rumo?

O nosso trabalho tem sido o de proteger a política agrícola comum, por isso, há aquilo a que chamam um ring fencing, que já é um sinal positivo, em que haverá um montante fixo, que não se pode retirar à agricultura. No caso de Portugal, são 7.400 milhões de euros, o que significa que não se poderá ter menos do que esse montante. Mas há também, agora, a abertura da Comissão para rever a sua proposta no sentido de garantir montantes também para o desenvolvimento rural, e para que naquilo que são os bolos nacionais, o fundo único de política agrícola como de política de coesão, haja montantes que também sejam destinados a esse objetivo.

Há aqui ideias que são erradas, e mitos. Quando se diz que um agricultor recebe apoios da política agrícola comum, no fundo, quem está a receber esse apoio é o cidadão europeu; é um subsídio indireto ao cidadão europeu, face às exigências em termos ambientais, face ao Estado social que temos. Os agricultores, para produzir alimentos de enorme qualidade e valor nutricional e vendê-los a preços acessíveis têm de ter aquele apoio. Prova disso é o facto de o agricultor ganhar menos 40% do que a média das outras profissões. Portanto, esse apoio é absolutamente essencial para termos estes alimentos de qualidade e produzidos no respeito pelos mais elevados padrões ambientais.

Além deste primeiro pilar, que é o apoio ao rendimento, que é um subsídio direto ao cidadão europeu, há um segundo pilar, que é o do investimento, que é necessário que continue a existir para termos uma agricultura competitiva, uma agricultura de produção, investimento para a desca-

bonização, a possibilidade de termos inteligência artificial. Tudo isso é necessário.

Estamos a trabalhar para que a proteção destes dois objetivos, apoio ao rendimento e ao investimento, existam e estejam no orçamento da União Europeia, para termos uma política agrícola comum que não venha a ser um retrocesso.

A agricultura e a PAC produzem bens públicos europeus; a segurança alimentar é um bem público europeu, como a defesa.

Mesmo com a pandemia e com a guerra na Europa essa percepção não mudou?

Sabe porque é que não mudou? Porque os alimentos não faltaram. Felizmente, não faltaram, porque os agricultores não deixaram de trabalhar e de produzir, e porque o setor agroalimentar, também ele, fez um trabalho notável, e porque, no fundo, tudo aquilo que é produção, indústria transformadora e comércio funcionou. Como funcionou, não houve percepção de que poderia correr mal.

Como é que quer ver a agricultura portuguesa daqui a quatro anos?

O grande objetivo é a diminuição do nosso défice agroalimentar, que é superior a 5.000 milhões de euros, para contribuirmos para a autonomia estratégica da UE. Para atingirmos este objetivo, precisamos de rendimento. Isso implica que haja conhecimento, por isso a renovação das escolas profissionais e do ensino superior. Implica que haja agricultura de precisão, uma agricultura moderna, que implica também investimento, mas também implica que haja renovação geracional – a nossa média de idades na agricultura é de cerca de 64 anos e se nós não conseguirmos fazer esta renovação vamos perder todos. Isto é absolutamente essencial. Não é por acaso que aprovámos recentemente uma estratégia nacional para os cereais, é porque a nossa taxa de aprovisionamento está nos 19%, quando em 1990 era de 50%. Temos de ter a consciência de que temos uma agricultura mais produtiva, com áreas notáveis, também temos estas detalhes que devemos melhorar. Mas temos casos muito positivos. No setor do azeite, estamos praticamente no pódio mundial em termos de produção, a caminhar rapidamente para ficar no terceiro lugar. Temos vinhos de enorme qualidade, ainda que seja necessário apostar muito na promoção, face às dificuldades que neste momento temos de diminuição do consumo global. Nas frutas e legumes só não exportamos mais porque há limitações em termos da água, que nós queremos resolver com a "Água que une". Em cerca de 15 anos, passou de 750 milhões de euros de exportação para cerca de 2,5 mil milhões. Onde é que nós queremos a agricultura daqui a quatro anos? Com uma redução das importações, um aumento das exportações, melhores rendimentos para os agricultores e uma renovação geracional, que não se faz em quatro anos, mas que em termos do conhecimento, das universidades, das pessoas que vão para a universidade, em termos daquilo que são as próprias escolas profissionais, que haja esse caminho. Isto leva a um outro ponto, que é o da coesão territorial, porque nós temos um país inclinado em direção ao litoral e, depois, no próprio litoral, inclinado para as duas grandes áreas metropolitanas. Precisamos de um país equilibrado, o que significa termos as pessoas presentes no território, o que trará mais qualidade de vida para todos, para aqueles que estão fora das grandes áreas metropolitanas e para aqueles que estão nas zonas urbanas. Estamos a fazer esse trabalho em conjunto também com outros ministérios, porque se há coisa que é bem clara neste governo é o facto de termos um primeiro-ministro que sabe, reconhece e valoriza a agricultura, as florestas e a pesca, o setor primário, que considera estratégico e estruturante, e que depois tem um governo onde a ministra do Ambiente e da Energia, que também ela percebe e reconhece esta importância pela primeira vez no fundo ambiental, e está a apoiar projetos, inclusivamente para aquilo que é a água disponível para o objetivo da produção agrícola, mas também o ministro da Economia e da Coesão Territorial, que também entende que para ter coesão territorial precisa destes investimentos agrícolas, que são absolutamente essenciais. Portanto, espero que daqui a quatro anos, além destes objetivos, se mantenha e se reconheça esta importância da agricultura, do mundo rural e do agroalimentar.

Menos fundos disponíveis põem em risco prioridade estratégica

Agricultura ■ Cortes propostos para a PAC pressionam os agricultores portugueses. Os representantes do setor alertam para o risco de uma quebra na produção, preços mais altos e desigualdade entre países europeus.

Teresa Cotrim

tcotrim@medianove.com

A pressão sobre o setor agrícola europeu intensifica-se num contexto de crescente procura mundial de alimentos. Contudo, em vez de se assistir a um reforço do rendimento agrícola, as propostas políticas em discussão na União Europeia (UE) apontam no caminho oposto. Quem o afirma é Nuno Serra, secretário-geral da Confagri, Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CCRL), que vê nas orientações recentes para a Política Agrícola Comum (PAC) uma ameaça estrutural ao setor.

“Com a população mundial a crescer seria expetável que o rendimento do setor também aumentasse, mas é uma condição utópica”, afirma, considerando “muito preocupante” esta combinação de maior procura com menor apoio político.

O possível corte de 20% no orçamento da PAC destinado a Portugal representa um risco direto para o futuro do setor agroalimentar. “São menos dois mil milhões de euros disponíveis para investir em inovação, bioeconomia, compensação do regadio e conhecimento”, diz Nuno Serra.

Luís Mira, secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) adverte que a Comissão Europeia (CE) apresentou, no final de julho, uma proposta para os fundos da UE para 2028-2034 em que, embora o orçamento total aumente 40%, a PAC sofre um corte de 20%. “Se tivermos em conta a inflação, então esse ajuste equivale, na prática a uma redução real de 47%”, explica, avisando que ainda existe a possibilidade de retificação, porque a proposta ainda precisa da apro-



Os olhos dos agricultores portugueses estão fixados no comissário europeu da Agricultura, Christophe Hansen

Futuro entre a água e a tecnologia

■ Água e tecnologia. É por aqui que passa o futuro da agricultura portuguesa, que dependerá, sobretudo, da concretização da rede nacional de água anunciada como Áqua Que Une. “Isso transformará e dará capacidade aos que fazem agricultura de o continuar a fazer dentro dos próximos 10, 20, 30, 40 anos”, diz o secretário-geral da CAP. A adaptação às alterações climáticas exigirá soluções estruturais e duradouras. Acresce o papel cada vez mais importante da tecnologia. Sensores, inteligência artificial,

gestão de dados e conhecimento aprofundado dos solos estão a transformar rapidamente os métodos de produção. “Vai-se democratizar mais nas explorações agrícolas”, afirma Luís Mira, prevendo mudanças profundas tanto na pastorícia extensiva como nas culturas anuais. Com condições climáticas mediterrânicas, Portugal poderá reforçar a sua competitividade em produtos típicos desta região. “É seguramente nos produtos mediterrânicos onde teremos maior capacidade competitiva”, conclui.

viação do Conselho e do Parlamento Europeu. Só depois se tornará uma realidade.

“A CAP considera a proposta totalmente inaceitável e fará tudo para a melhorar. Participaremos numa grande manifestação em Bruxelas, no dia 18 de dezembro, com agricultores de toda a UE”, avança.

No entanto, admitindo que se concretize uma redução desta grandeza, Luís Mira antecipa um impacto muito relevante, ainda que exista a possibilidade de o Estado-membro minimizar o corte europeu através de medidas financiadas pelo orçamento nacional.

Para Nuno Serra, a PAC está a afastar-se da sua vocação original: garantir segurança, qualidade e quantidade da produção alimentar europeia. “A nova orientação política pode resultar numa diminuição da capacidade produtiva. Se os agricultores não tiverem os devidos apoios, o produto disponível no mercado será em menor quantidade e isto vai chegar ao bolso do consumidor”, alerta. A equação é simples: menor oferta, preços mais altos.

Agricultura versus Coesão

Outro ponto crítico prende-se com o novo enquadramento orçamental europeu, que coloca agricultura e coesão no mesmo envelope financeiro. “A agricultura vai passar a competir com a coesão”, afirma Serra. Isto significa que escolas, hospitais ou infraestruturas poderão disputar fundos com projetos agrícolas – um modelo “fraturante e injusto” e, acima de tudo, “estrategicamente errado”.

Para Luís Mira, esta questão pode ter maior ou menor dimensão, dependendo das decisões que o governo português tomar relativamente ao orçamento a destinar à PAC e à coesão. “Na nossa opinião, não pode funcio-



Luís Mira
Secretário-geral
da CAP



Nuno Serra
Secretário-geral
da Confagri

nar com uma decisão anual sobre qual o orçamento, mas sim uma decisão que permita saber o orçamento anual para o período de sete anos”, explica, dando como exemplo o Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI) que também não está apresentado separadamente, mas sim no total dos fundos apresentados.

Há ainda um risco adicional: cada Estado-membro poderá definir livremente a taxa de cofinanciamento aplicável. “Esta possibilidade cria ‘uma distorção do mercado’, favorecendo países com maior capacidade financeira e estabelecendo ‘duas velocidades dentro do espaço europeu’”, diz Mira.

Parece esquecida a ideia de que a agricultura deve ser uma prioridade estratégica. “Os seres humanos precisam de comer todos os dias”, lembra o quadro da CAP. Esta característica torna o setor agrícola “especial” e garante-lhe um papel central em qualquer sociedade.

AgroGes: Inteligência Artificial e big data a revolucionar a agricultura

A integração de tecnologias digitais, inteligência artificial e big data está a transformar a gestão das explorações agrícolas. Na AgroGes, estas ferramentas aumentam a produtividade das equipas e potenciam decisões mais informadas no apoio aos clientes. Francisco Gomes da Silva, sócio fundador, explica nesta entrevista como estas inovações estão a definir o futuro do setor.

De que forma a integração de inteligência artificial e big data está a mudar a forma como a AgroGes apoia a gestão das explorações agrícolas?

Para uma empresa de consultadoria, como a AGROGES, a integração destas soluções tem duas dimensões: a sua utilização pelas equipas e as inovações presentes nas tecnologias (agrícolas ou outras) dos clientes 'in situ'. O impacto é já enorme e tende a crescer. Big data e IA (e outras tecnologias emergentes) aumentam a produtividade da AGROGES e a capacidade de informar melhor os "conselhos" e decisões dos clientes. Por exemplo, a georreferenciamento de um polígono permite extrair quase automaticamente todos os dados que caracterizam essa área, desde a sua superfície (ribeiros, barragens, caminhos, ocupação atual e passada, etc...) até às normais climatológicas. Nas explorações, o registo completo da informação, da caracterização à performance técnica e económica de cada parcela permite criar quase instantaneamente indicadores essenciais para decisões de gestão.

Quais são os principais ganhos de eficiência e sustentabilidade que a tecnologia impulsiona?

Depende muito das tecnologias em concreto. Mas as principais tendências de inovação tecnológica assentam em duas preocupações major: o ganho de eficiência por acréscimo de "inteligência, precisão e automatização" nas decisões muito assente na digitalização e na IA (o que permitirá reduzir as quantidades de alguns recursos naturais utilizados com ganhos na sua produtividade) e o aumento da sustentabilidade por substituição (ou complementariedade) de alguns recursos sintéticos por soluções assentes na biotecnologia, de que se destaca a importância crescente da gestão adequada do microbioma dos nossos solos. É deste cruzamento que resultarão, estou em crer, os caminhos da sustentabilidade agrícola.

Como é que a AgroGes está a preparar os agricultores para lidarem com fenómenos climáticos cada vez mais extremos?



Francisco Gomes da Silva, sócio fundador da AgroGes

Flexibilidade é a palavra chave. No apoio às empresas, estamos atentos à adaptação às alterações climáticas, refletidas nos fenómenos extremos que refere. Não ignoramos a mitigação - isto é, soluções que permitem com-

"O desafio da agricultura é o de continuar a aumentar as produtividades (mais gente para alimentar no mundo e melhoria das dietas alimentares) enquanto reduz ou altera o uso de alguns dos recursos."

bater as causas do aumento da concentração de GEE na atmosfera -, mas os agricultores não podem desperdiçar anos à espera que os fenómenos desapareçam. Focamo-nos em soluções técnicas que maximizam a flexibilidade das escolhas, oferecendo várias soluções para o mesmo problema cada vez mais customizadas e menos generalizáveis (ao contrário do que no passado acontecia, em que cada problema tinha uma solução). Chover muito ou não nada numa época de sementeiras, termos uma época de floração normal numa fruteira ou essa época vir acompanhada de chuvas torrenciais ou de geada são situações que cada vez mais temos que assumir como "normais" (ou, se quiser, a normal anormalidade). Neste domínio, para além das al-

ternativas tecnológicas (genéticas, biotecnológicas, químicas, mecânicas, etc ...), assumem relevo formas mais inovadoras de cobertura de riscos, tais como seguros de rendimento, fundos mutualistas, parcerias com agentes a montante na fileira, entre outros.

Que papel terão a análise de dados e a agricultura de precisão na competitividade do setor agroalimentar nos próximos anos?

Um papel essencial. Nestes dois pilares assenta a capacidade de tratar de modo diferente aquilo que é diferente, com extraordinários ganhos de eficiência, redução de custos e aumento dos rendimentos. Se eu conhecer cada m² (ou cada pixel) de solo da minha parcela (química, física e biologicamente), o estado vegetativo e sanitário de cada planta que a ocupa, com as tecnologias de precisão que me permitem dotar cada planta (ou animal) daquilo de que necessita, na quantidade e no momento mais adequados, estou a dotar o agricultor de uma poderosa arma para aumentar a sua competitividade em mercados cada vez mais exigentes.

Na sua perspetiva, quais serão as tecnologias mais determinantes para a agricultura do futuro e como a AgroGes se está a posicionar para liderar essa transformação?

A incorporação de IA é a dimensão mais relevante para o futuro da agricultura. Não como tecnologia em si mesma, mas como elemento que irá acelerar o crescimento da eficiência e da produtividade associada a todos os processos tecnológicos nas empresas agrícolas. O desafio da agricultura é o de continuar a aumentar as produtividades (mais gente para alimentar no mundo e melhoria das dietas alimentares) enquanto reduz ou altera o uso de alguns dos recursos. E este é o core da IA. A AGROGES posiciona-se face a este desafio com a convicção de que o conhecimento é a única forma de avançarmos, promovendo a formação contínua dos colaboradores e acompanhando as melhores práticas para integrar IA nas metodologias do dia-a-dia. É a fórmula vencedora: ontem, hoje e amanhã.

Agricultura em Portugal é sinónimo de alta tecnologia

Inovação ■ Sensores, drones, robôs, previsões que otimizam a rega, entre outros, mudaram o rosto da agricultura portuguesa, que é hoje um setor cada vez mais tecnológico, biotecnológico e digital.



Solução Irristrat, da Hidrosoph, integra dados de sensores no terreno, imagens de satélite, modelos climáticos e modelos de culturas

Almerinda Romeira
aromeira@medianove.com

G erir hectares de culturas está ao alcance de um clique sem sair de casa. Se o agricultor precisar de um drone para fazer, por exemplo, uma avaliação agrícola, pode alugá-lo como se fazia com um trator. Também há biofertilizantes em que 70% é matéria orgânica, 2/3 reciclados e nutrientes acalentados e robôs que entram em vinhas estreitas e terrenos montanhosos para as pulverizar.

Na última década e meia, a agricultura protagonizou uma das maiores transformações ao nível da incorporação da tecnologia em Portugal, com a ciência e a inovação a elevarem o sector para um patamar nunca antes atingido.

A Agroglobal, em Santarém, é uma boa montra de como agricultura rima com tecnologia e biotecnologia. Foi aí que em setembro vimos "PRYSM", um protótipo de



Daniel Ribeiro
CEO
da Hidrosoph



Joana Paiva
CEO
da Seedsight

robô autónomo desenvolvido pelo INESC TEC em parceria com a empresa Rocha. De pequeno porte e sistemas avançados de localização autónoma, dispõe de um pulverizador de precisão com percepção visual que lhe permite medir a densidade da vegetação e calcular a dose do produto a aplicar em cada planta. Tecnologia pura.

E o que dizer da Seedsight, que acaba de concluir uma nova ronda de investimento de 1,78 milhões de euros? "Através de tecnologias blockchain, deep learning, inteligência artificial e sensores ópticos - explica a CEO, Joana Paiva - a nossa plataforma tecnológica otimiza a identificação das melhores sementes, espécies, origens e fornecedores de cereais, aos preços mais competitivos; ao mesmo tempo que nos dá outras métricas relacionadas com valores-chave na nossa cadeia alimentar, como a rastreabilidade e a segurança".

Esta startup deeptech incubada na UPTEC - Parque de Ciênc-

Inovação

Inteligência artificial ao serviço da Agricultura

O Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, laboratório de investigação do Estado, vai usar inteligência artificial para combater pragas e doenças que afetam animais e plantas, através da criação de uma rede de armadilhas inteligentes para a vigilância de insetos. Além do desenvolvimento e validação de armadilhas inteligentes, o projeto permite a criação de algoritmos de visão computacional e a implementação de uma plataforma de alerta em território nacional.

cia e Tecnologia da Universidade do Porto, tornou possível, pela primeira vez no mundo, a análise de sementes e grãos em menos de um minuto. A sua biblioteca de dados online contém as assinaturas digitais de vários tipos de sementes e grãos de cereais, validadas através de análises biomoleculares e biofísicas de baixo custo e em larga escala. Um *game changer*. Com esta tecnologia, os intervenientes no comércio agrícola - traders, brokers, agregadores de pequenos agricultores, indústria moageira, agricultores - conseguem fazer escolhas mais inteligentes na definição e controlo de grãos adaptados à sua realidade, aumento a sustentabilidade do processo.

O grande foco está no uso eficiente da água e dos restantes recursos, em particular, o solo.

A Fibersight, startup fundada e liderada por Tiago Neves, venceu o Santander X Awards Startup 2024 com um projeto que permite, através de fibra ótica, medir a temperatura e a humidade em milhares de pontos simultaneamente, ao longo de quilómetros de extensão.

Num contexto de alterações climáticas, a rega monitorizada eletronicamente, através de uma aplicação que controla a quantidade de água introduzida numa determinada planta esteve na linha da frente da inovação.

Há 15 anos que a Hidrosoph é um exemplo de como a inovação tecnológica transforma a gestão da água na agricultura, conciliando "eficiência económica, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar". Irristrat®, solução de última geração da empresa, integra dados de sensores no terreno, imagens de satélite, modelos climáticos e modelos de culturas desenvolvidos internamente.

Daniel Ribeiro, CEO da Hidrosoph, diz ao Jornal Económico (JE) que, a partir da Península Ibérica, desenvolve projetos em mais de uma dúzia de países, trabalhando com grupos empresariais que veem na tecnologia e na sustentabilidade fatores-chave da sua competitividade.

A Hidrosoph conta com 28 colaboradores e espera faturar este ano 2,4 milhões de euros, revela o CEO. E aponta outros números do negócio: monitorização de mais de 70 culturas diferentes em cerca de 250.000 hectares, apoiando a tomada de decisão agrícola através de uma rede superior a 60.000 sensores ligados à sua plataforma digital.